Consultoria para a Gestão - Unipessoal, Lda.

Rua do Muro Alto, 110 4755 – 026 Alvelos, BCL Telef/Fax: 253 832 226 Tlmn: 935 764 759 www.ordemcrescente.pt geral@ordemcrescente.pt

Newsletter de Julho de 2016

► Sistemas de Incentivos às Empresas

Até 75%, reembolsável sem juros, com prémio, pela última vez, até 50%.

A partir de 2017, o prémio será, no máximo, de 45%.

Investimento

Inovação Produtiva

75.000€ a 25.000.000€

Empreendedorismo Qualificado

50.000€ a 3.000.000€

Investimentos para promoção da inovação e do empreendedorismo no tecido empresarial. Apoia a produção de novos ou melhorados bens e serviços, transacionáveis e internacionalizáveis, diferenciadores e de qualidade e com elevado nível de incorporação nacional.

Despesas Elegíveis:

- Obras de construção e requalificação para projetos dos setores do turismo e da indústria
- Aquisição de máquinas
- Equipamento básico
- Equipamento informático
- Software standard e específico
- Estudos, diagnósticos e auditorias
- Planos de marketing
- Transferência de tecnologia através da aquisição de direitos de patentes, nacionais e internacionais

Consultoria para a Gestão - Unipessoal, Lda.

Rua do Muro Alto, 110 4755 – 026 Alvelos, BCL Telef/Fax: 253 832 226 Tlmn: 935 764 759 www.ordemcrescente.pt geral@ordemcrescente.pt

▶ Obrigações Fiscais do mês:

Até ao dia 11, entrega da declaração, respectivos anexos e pagamento do IVA de periodicidade mensal, referente ao mês de Maio de 2016.

Até ao dia 11, data limite para entrega da declaração de Remunerações da Segurança Social referente ao mês anterior.

<u>Até ao dia 11</u>, data limite para entrega da declaração de Remunerações da Autoridade Tributária (DMR), referente ao mês anterior.

Até ao dia 15, entrega da Declaração Modelo 11, por transmissão electrónica de dados, pelos Notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como as entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem actos ou contratos sujeitos a registo predial, das relações dos actos praticados no mês anterior, susceptíveis de produzir rendimentos.

Até ao dia 15, IMI entrega da participação de rendas relativas a Junho.

Até ao dia 15, os notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como as entidades e profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos ou contratos sujeitos a registo predial, devem submeter, até ao dia 15 de cada mês, à Autoridade Tributária e Aduaneira, os seguintes elementos: a) Em suporte eletrónico (Modelo11), uma relação dos atos ou contratos sujeitos a IMT, ou dele isentos, efetuados no mês antecedente, contendo, relativamente a cada um desses atos, o número, data e importância dos documentos de cobrança ou os motivos da isenção, nomes dos contratantes, artigos matriciais e respetivas freguesias, ou menção dos prédios omissos; b) Cópia das procurações que confiram poderes de alienação de bens imóveis em que, por renúncia ao direito de revogação ou cláusula de natureza semelhante, o representado deixe de poder revogar a procuração, bem como dos respetivos substabelecimentos, referentes ao mês anterior; c) Cópia das escrituras ou documentos particulares autenticados de divisões de coisa comum e de partilhas de que façam parte bens imóveis.

<u>Depois do dia 11 até dia 20</u>, pagamento das contribuições da **Segurança social** respeitantes ao mês anterior.

<u>Depois do dia 11 até dia 20,</u> pagamento das contribuições para FCT e FGCT respeitantes ao mês anterior;

Consultoria para a Gestão - Unipessoal, Lda.

Rua do Muro Alto, 110 4755 – 026 Alvelos, BCL Telef/Fax: 253 832 226 Tlmn: 935 764 759 www.ordemcrescente.pt geral@ordemcrescente.pt

Até ao dia 20, data limite de entrega e pagamento do IRS, IRC e Imposto de Selo retido na fonte referente ao mês anterior.

Até ao dia 20, entrega da Declaração Recapitulativa, por transmissão eletrónica de dados, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que no mês anterior tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membro, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do art.º 6.º do CIVA, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 50.000.

Até ao dia 25, comunicação, por transmissão electrónica de dados, dos elementos das faturas emitidas no mês anterior pelas pessoas singulares ou colectivas que tenham sede, estabelecimento, estável ou domicílio fiscal em território português e que aqui pratiquem operações sujeitas a IVA.

Até ao dia 31, primeiro pagamento por conta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) devido por entidades residentes que exercem, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e por não residentes com estabelecimento estável, com período de tributação coincidente com o ano civil.

Até ao dia 31, entrega, por transmissão eletrónica de dados, do pedido de **restituição IVA** pelos sujeitos passivos do imposto suportado, no próprio ano civil, noutro Estado Membro ou país terceiro (neste caso em suporte de papel), quando o montante a reembolsar for superior a € 400 e respeitante a um período não inferior a três meses consecutivos, tal como refere o Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de agosto.

<u>Até ao dia 31</u>, entrega da Declaração Modelo 40, por transmissão eletrónica de dados, pelas instituições de crédito e sociedades financeiras, relativamente ao valor dos fluxos de pagamentos efetuados, no ano civil anterior, através de cartões de crédito e de débito por sujeitos passivos que aufiram rendimentos sujeitos a IRC.

Até ao dia 31, entrega da Declaração Modelo 31, por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades devedoras dos rendimentos sujeitos a retenção na fonte a taxas liberatórias cujos titulares beneficiem de isenção, dispensa de retenção ou redução de taxa e sejam residentes em território português.

Até ao dia 31, entrega da Declaração Modelo 33, por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades registadoras ou depositárias de valores mobiliários.

Até ao dia 31, entrega da Declaração Modelo 34, por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades emitentes de valores mobiliários sujeitos a registo ou depósito em Portugal.

Consultoria para a Gestão - Unipessoal, Lda.

Rua do Muro Alto, 110 4755 – 026 Alvelos, BCL Telef/Fax: 253 832 226 Tlmn: 935 764 759 www.ordemcrescente.pt geral@ordemcrescente.pt

Até ao dia 31, entrega da Declaração Modelo 38, por transmissão eletrónica de dados, por instituições de crédito e sociedades financeiras relativamente às transferências transfronteiras que tenham como destinatário entidades localizadas em país, território ou região com regime de tributação privilegiada mais favorável, com exceção das efetuadas por pessoas coletivas de direito

Até ao dia 31, entrega da Declaração Modelo 40, por transmissão eletrónica de dados, pelas instituições de crédito e sociedades financeiras, relativamente ao valor dos fluxos de pagamentos efetuados, no ano civil anterior, através de cartões de crédito e de débito por sujeitos passivos que aufiram rendimentos da categoria B de IRS.

<u>Até ao dia 31,</u> pagamento da 2.ª prestação do Imposto do Selo previsto na verba 28 da Tabela Geral, referente ao ano anterior, quando o seu montante seja superior a € 500,00

<u>Até ao dia 31</u>, liquidação, por transmissão eletrónica de dados, e pagamento do Imposto Único de Circulação (IUC), relativo aos veículos cujo aniversário da matrícula ocorra no presente mês. Os sujeitos passivos que não estejam abrangidos pela obrigação prevista no n.º 10 do artigo 19.º da LGT também poderão solicitar a liquidação em qualquer Serviço de Finanças.

Até ao dia 31, envio pelas câmaras municipais, por transmissão eletrónica, dos elementos relativos à constituição, aprovação, alteração ou receção, ocorridas no mês anterior:
- Alvarás de loteamento, licenças de construção, plantas de arquitetura das construções correspondentes às telas finais, licenças de demolição e de obras, pedidos de vistorias, datas de conclusão de edificios e seus melhoramentos ou da sua ocupação, bem como todos os elementos necessários à avaliação dos prédios;

- Plantas dos aglomerados urbanos à escala disponível donde conste a toponímia;
- Comunicações prévias de instalação, modificação ou encerramento de estabelecimentos previstos no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48//2011, de 1 de abril, efetuadas nos termos daquele diploma;
- Licenças de funcionamento de estabelecimentos afetos a atividades industriais.

Consultoria para a Gestão - Unipessoal, Lda.

Rua do Muro Alto, 110 4755 – 026 Alvelos, BCL Telef/Fax: 253 832 226 Tlmn: 935 764 759 www.ordemcrescente.pt geral@ordemcrescente.pt

► Principais Alterações Legislativas Contabilísticas e Fiscais

Alimentação e bebidas - Verbas 1.8 e 3.1 da lista II anexa ao CIVA

Oficio-Circulado n.º 30181/2016, de 6 de junho

Tendo em vista a aplicação uniforme das verbas 1.8 e 3.1 da Lista II anexa ao CIVA, comunica o entendimento dos Serviços da AT, sobre o alcance das alterações introduzidas nas referidas verbas. As alterações introduzidas nas verbas 1.8 - Refeições prontas a consumir, nos regimes de pronto a comer e levar ou com entrega ao domicílio e 3.1 - Prestações de serviços de alimentação e bebidas, com exclusão das bebidas alcoólicas, refrigerantes, sumos, néctares e águas gaseificadas ou adicionadas de gás carbónico ou outras substâncias, entram em vigor no dia 1 de julho próximo.

• IRS - Tabelas de Retenção - 2016 – Continente: - Circular n.º 3/2016, de 2016.06.02.

Divulga em anexo as tabelas de retenção de IRS, para 2016, aprovadas por Despacho n.º 6201-A/2016, de 10 de maio, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, publicado no Diário da República n.º 90/2016, 1.º Suplemento, Série II, de 2016/05/10.

As tabelas aplicam-se aos titulares de rendimentos do trabalho dependente e de pensões com residência fiscal no território português, com exceção das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a aplicar em 2016.

Lei n.º 15/2016 de 2016-06-17

Reforça a proteção dos consumidores nos contratos de prestação de serviços de comunicações eletrónicas com período de fidelização (décima segunda alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, Lei das Comunicações Eletrónicas)

 IVA - Prestações de serviços - Transporte de passageiros gratuito, realizada por entidade de «transporte interurbano em autocarros» nas suas carreiras regulares. Valor tributável -Taxas: - Informação Vinculativa - Despacho de 2016-05-16 - Processo nº 9664.

As prestações de serviços de transporte de passageiros gratuitas são consideradas como prestações de serviços sujeitas e não isentas a IVA, sendo o valor tributável constituído pelo valor normal do serviço, tal como se encontra definido no artigo 16.º, n.º 4 do Código do IVA, não sendo obrigatória a repercussão do mesmo imposto sobre o valor acrescentado. As prestações de serviços de transporte de passageiros efetuadas a título oneroso estão sujeitas a IVA à taxa reduzida tal como previsto na verba 2.14 da Tabela I anexa ao Código do IVA.

Consultoria para a Gestão - Unipessoal, Lda.

Rua do Muro Alto, 110 4755 – 026 Alvelos, BCL Telef/Fax: 253 832 226 Tlmn: 935 764 759 www.ordemcrescente.pt geral@ordemcrescente.pt

- Procriação Medicamente Assistida Lei n.º 17/2016 de 2016-06-20 Alarga o âmbito dos beneficiários das técnicas de procriação medicamente assistida, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (procriação medicamente assistida)
- Equipamentos Elétricos e Eletrónicos Proteção da Saúde Humana Decreto-Lei n.º 30/2016 de 2016-06-24
 - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE) com o objetivo de contribuir para a proteção da saúde humana e do ambiente, incluindo a valorização e a eliminação, ecologicamente corretas, dos resíduos de EEE, e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva Delegada (UE) 2015/573 da Comissão, de 30 de janeiro de 2015, a Diretiva Delegada (UE) 2015/574, da Comissão, de 30 de janeiro de 2015 e a Diretiva Delegada (UE) 2015/863 da Comissão, de 31 de março de 2015.
- Sistema de inventário permanente (SIP) e contabilidade regularmente organizada como condição de atribuição de benefícios fiscais; periodicidade de registo contabilístico em SIP

Consultoria para a Gestão - Unipessoal, Lda.

Rua do Muro Alto, 110 4755 – 026 Alvelos, BCL Telef/Fax: 253 832 226 Tlmn: 935 764 759 www.ordemcrescente.pt geral@ordemcrescente.pt

► Os Nossos Serviços disponíveis:

Contabilidade Financeira
Contabilidade de Gestão
Assessoria Fiscal
Elaboração de Planos Estratégicos e Organizacionais
Estudos de Mercado

Inquéritos de Satisfação do Cliente

Estudos de Viabilidade

Planeamento Financeiro

Implementação de Sistemas para a Certificação da Qualidade Candidaturas a Incentivos às Empresas

Apoio à Implementação de Balanced Scorecards

Contacte-nos